

AEE ITINERANTE: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALÉM DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

Sarah Danielle Cardoso de Souza¹
Jolene Rocha Bezerra Moreira²
Cristiane de Carvalho Castro³
Maria da Conceição Pereira Alves⁴
Israel Dias da Silva Filho⁵
Rejane Maria de Araújo Lira⁶

INTRODUÇÃO

O serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), realiza-se por meio de um conjunto de atividades, orientações, formações e recursos de acessibilidade pedagógica, sendo institucionalmente organizado. É prestado de maneira complementar ou suplementar, a formação dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação (Brasil, 1996; 2001; 2009; 2011; 2012; 2015).

Constitui-se um direito consolidado e amparado constitucionalmente a todos os estudantes público-alvo da Educação Especial. Ancorado nesse direito, a itinerância do AEE surgiu como um Projeto da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB (PMJP-PB), no ano de 2023, por meio da necessidade de levar o serviço a todas as unidades de ensino da rede, compostas por noventa e oito (98) Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) e cento e cinco (105) Escolas, para acompanhar o trabalho que já é realizado nas unidades que dispõem de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e Professores do AEE e realizar o AEE nas unidades que são Polos das que não dispõem de SRM. O AEE itinerante é realizado por meio de Professores(as) graduados(as) para o exercício da docência, especialistas em AEE e Mestres(as) na área da Educação (Brasil, 2009).

¹ Mestre em Políticas Públicas Educacionais da Fundação Universitária Iberoamericana - FUNIBER, sarahdaniellecs@hotmail.com;

² Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Mestranda no Curso de Avaliação de Políticas Públicas (Profissional) da Universidade Federal do Ceará - UFC, jolenerbm@yahoo.com.br;

³ Especialista em AEE pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, cristianeccosta@gmail.com;

⁴ Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, conceicao11932@gmail.com;

⁵ Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, israelpsicopedagogo@gmail.com;

⁶ Professora orientadora: Dra. Rejane Maria de Araújo Lira, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, rejanelira@educa.joaopessoa.pb.gov.br

O AEE Itinerante é um projeto pioneiro em João Pessoa/PB, iniciou-se de maneira a atender a Educação Infantil com pretensões de ampliação para todas as unidades que não possuem a SRM ou haja carência de professores(as) especializados(as), possui uma atuação abrangente e de caráter que favorece a formação da comunidade escolar na contribuição da inclusão mais efetiva do público-alvo da Educação Infantil.

Justifica-se o serviço do AEE itinerante por meio da necessidade de se fazer a inclusão dos(as) estudantes público-alvo da Educação Especial em todos os espaços dos CMEI's e das Escolas, assim como, contribuir na logística e operacionalização do acesso, permanência, participação e aprendizado dos(as) estudantes inseridos(as) na rede regular de ensino.

Assim, tem-se como objetivo principal conhecer, traçar ações e demarcar o local – CMEI e Escola - em que cada estudante público-alvo da Educação Especial está inserido(a) para assegurar a sua inclusão escolar. Por conseguinte, para tais ações se faz necessário: a) conhecer o(a) estudante por meio das primeiras impressões e anamneses; b) organizar o serviço de apoio ao(a) estudante; c) disponibilizar recursos humanos e materiais; d) orientar os(as) Professores(as) de sala regular para a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) de cada estudante, com as estratégias pedagógicas e e) elaborar e executar o plano de atendimento individualizado de cada estudante.

Nesse sentido, a questão-problema elencada para esse trabalho é: como tem sido desenvolvido o trabalho do AEE itinerante no processo de inclusão dos(as) estudantes público-alvo da Educação Especial nos CMEIs e Escolas da rede municipal de João Pessoa-PB?

Deste modo, entende-se que a inclusão deve ser uma ação estruturada e presente em todas as unidades escolares, visto que a cada ano tem crescido o número de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial na rede pública de ensino.

Ressalta-se a necessidade de ofertar e garantir uma educação de qualidade e mais equânime. Assim sendo, a Divisão de Educação Especial por meio da SEDEC/PMJP-PB, consolidou o AEE itinerante no intuito de minimizar as barreiras que impedem a efetiva inclusão.

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, uma vez que “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares” (Minayo, 2001, p.22) com enfoque metodológico bibliográfico experimental, por meio de um estudo de caso na rede municipal de João Pessoa-PB, bem como a observância da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 e a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), nº 4 (2009).

Como resultados, o AEE itinerante dá suporte e assegura assistência aos(as) estudantes público-alvo da Educação Especial, assim como, às famílias e aos(as) Gestores(as), Professores(as) de sala de aula regular, Professores(as) do AEE, Especialistas, Cuidadores(as), e outros(as).

De modo que, estrutura-se e mapeia todos os dados dos(as) estudantes público-alvo da rede municipal, assegura-se o Plano Educacional Individualizado (PEI), Profissionais de Apoio Escolar (Cuidadores/as) e formações continuadas. Ademais, pode-se afirmar que o AEE itinerante tem buscado garantir os direitos legalmente constituídos e realiza um serviço que minimiza as barreiras da efetiva inclusão.

METODOLOGIA

O projeto AEE Itinerante trouxe uma metodologia de pesquisa qualitativa embasada em estudo bibliográfico e experimental. Para Creswell (2007, p. 186): “[...] A pesquisa qualitativa usa métodos múltiplos que são interativos e humanísticos”. Desta maneira, o estudo utilizou-se de um delineamento com base em dados bibliográficos e de pessoas. No que se refere aos dados bibliográficos e de pessoas, Gil (2002, p. 43) define dois grandes grupos de delineamento, os que se valem das chamadas fontes de “papel” e aqueles cujos os dados são fornecidos por pessoas. Assim, o primeiro grupo trata-se do estudo bibliográfico e o segundo grupo o estudo experimental.

No campo empírico, utilizou-se como método de coleta de dados, de forma inicial, as entrevistas de primeiras impressões e anamneses, elaborados para extração das informações de cada estudante público-alvo da Educação Especial matriculados na Rede de Ensino Municipal de João Pessoa/PB. Este método justifica-se pela necessidade de identificar os(as) estudantes de forma completa, demarcando as suas especificidades, assim como, capturar dados que auxiliam a SEDEC/PMJP-PB para a elaboração e execução de políticas públicas destinadas à área.

Deste modo, as entrevistas de primeiras impressões, análises das documentações (laudos, relatórios, entre outros) além da minuciosa observação participativa, seguida da entrevista de anamnese que envolve os sujeitos parentais, foram os instrumentos metodológicos utilizados para alcançar os resultados da pesquisa. Como exposto, as técnicas metodológicas utilizadas para a coleta dos dados compreende a observação como um instrumento essencial de investigação, o observador pode recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como

auxiliares no processo de compreensão e interpretação do fenômeno estudado. (Ludke e André, 2018, p. 30).

Ao lado da observação, tem-se a entrevista como um instrumento que possibilita a coleta de dados por meio da interação. De acordo com os Ludke e André (2018), na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. A entrevista pode permitir o tratamento de dados relacionados à subjetividade das pessoas, como temas complexos relacionados às demandas educacionais.

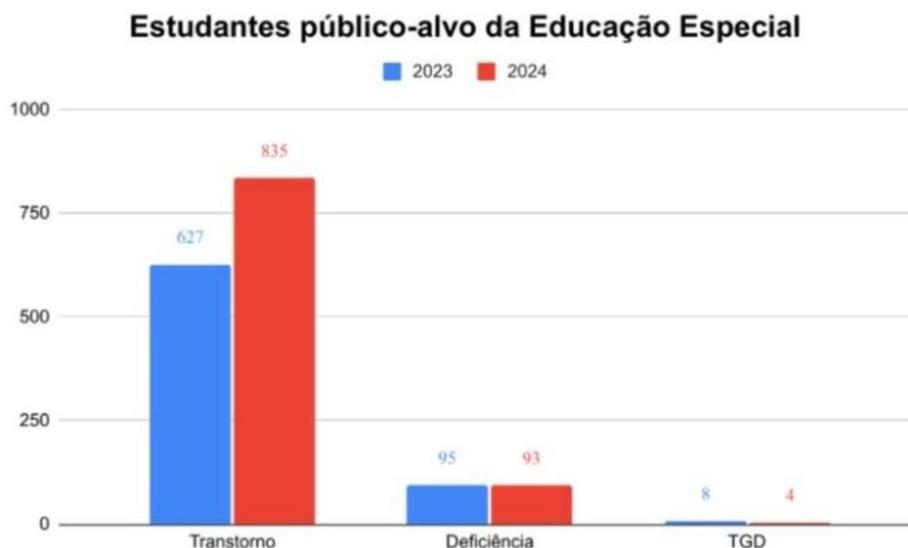
Portanto, considera-se as ações do AEE Itinerante nos diversos contextos escolares municipais, os instrumentos utilizados, permitiram correções, esclarecimentos e adaptações trazendo de forma eficaz informações relevantes, sobretudo sobre o mapeamento dos estudantes do público-alvo da Educação Especial presente nos CMEI's e a importância do Projeto do AEE Itinerante.

Abaixo temos um demonstrativo comparativo de dados que revelaram o aumento do quantitativo de estudantes com laudo por categoria nos Centros Municipais de Educação Infantil em João Pessoa/PB, referentes aos anos de 2023 e 2024.

	ANO	2023	2024	
Quantitativo de laudo por 2023 e 2024.	TEA	594	776	crianças com categoria ano base
	Deficiência física	32	33	
	Deficiência intelectual	28	23	
	TDAH	25	42	
Quantitativo de Educação CMEI's, ano	Síndrome de Down	16	21	Quadro: estudantes da Especial dos base 2023 e 2024.
	Transtorno Desintegrativo da Infância	8	3	
	Microcefalia	7	5	
	TOD	5	11	
	Atraso neuropsicomotor secundário	4	2	
	Baixa visão	4	06	
	Transtorno Hiperativo de Conduta	3	06	
	Cegueira	2	1	
	Deficiência auditiva	1	2	
	Surdez	1	0	
	Síndrome de Asperger	0	1	

	Transtorno	Deficiência	TGD	Total
2023	627	95	8	730
2024	835	93	4	932

Gráfico: Quantitativo de estudantes da Educação Especial dos CMEI's, ano base 2023 e 2024.



REFERENCIAL TEÓRICO

Por meio da Constituição Federal do Brasil de 1988, da LDBEN de 1996 e da LBI de 2015, ficam estabelecidas as bases legais que amparam o AEE de qualidade e inclusivo.

Desta forma, pensado no atendimento inclusivo e garantindo o cumprimento das leis citadas, que objetivam o direito à educação para as pessoas, bem como promover uma educação que respeite e dialogue com a diversidade, valorizando a formação integral dos(as) estudantes, não se pode deixar de enfatizar, a fundamental importância do AEE, como um serviço complementar e suplementar que busca garantir que a inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades e superdotação em igualdade de oportunidades.

A LDBEN (1996), prevê que a educação inclusiva tem como princípio o acesso, a participação, o aprendizado e a permanência de todos(as) os(as) estudantes independente de suas condições físicas, sensoriais e intelectuais. Para que isto ocorra, a LBI (2015) corrobora trazendo aspectos mais específicos que possibilitam a inclusão de forma mais efetiva por meio

do suporte do AEE, que auxilia na flexibilização curricular, acessibilidade e formação de professores(as).

Tais aspectos bem argumentados na LBI (2015) têm colaborado para o desenvolvimento e permanências dos(as) estudantes dentro da escola regular, uma vez que o AEE vem para minimizar as barreiras que se levantam para o público-alvo da Educação Especial nos ambientes de aprendizagem.

A contextualização da LBI (2015) traz como uma das maiores barreiras, a falta de profissionais especializados que saibam flexibilizar conteúdos e/ou adaptar atividades, percebendo cada estudante de forma individualizada. Sabe-se, portanto, que muitos docentes apresentam resistência nesse aspecto, ainda atribuindo equivocadamente ao professor(a) do AEE essa responsabilidade. Sobre esse contexto:

Adaptações no nível do projeto pedagógico (currículo escolar) que devem focalizar, principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no nível de sala de aula e no nível individual. Adaptações relativas ao currículo da classe, que se referem, principalmente, à programação das atividades elaboradas para sala de aula. Adaptações individualizadas do currículo, que focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento a cada aluno (Glat & Oliveira, 2003, p.3)

A LDBEN (1996) e LBI(2015), trazem importantes disposições sobre a Educação Especial no contexto do sistema educacional brasileiro, quando essas bases legais são compreendidas e praticadas no que regem o direito ao AEE e a implantação das SRM, abarcam a justiça e reparação social de anos de segregação e exclusão do público-alvo da Educação Especial..

Para, além disso, a implantação das SRM, exige que, a unidade de ensino deve ter ao menos um(a) professor(a) especializado(a) que dará o suporte e o atendimento aos(as) estudantes público-alvo, com orientações, formações, auxiliando nas adaptações de currículo, flexibilizações, minimizando as barreiras que se erguem quando o assunto é inclusão.

Desta forma, pode-se entender que por meio dos referenciais citados, o Projeto de AEE Itinerante tem se firmado no serviço especializado nas unidades de ensino da SEDEC/PMJP-PB, que atuam efetivamente e diretamente nas unidades que por questões estruturais, não dispõem de SRM, dialogando efetivamente e diretamente com os(as) profissionais de cada unidade, com direcionamentos legais, respaldados na compreensão da educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio do serviço do AEE Itinerante estão sendo alcançados resultados positivos, estes não se resumem ao AEE oferecido aos(as) estudantes público-alvo da Educação Especial, mas, sobretudo, os atendimentos, direcionamentos e encaminhamentos às famílias, orientações aos(as) profissionais dos CMEI's e Escolas assistidos(as) com relação a construção do PEI, estratégias de manejo com os(as) estudantes em situação de crises, bem como o mapeamento e acompanhamento de cada estudante, assim como, garante-se a observância do(a) profissional de apoio escolar (Cuidador/a) para todos que sejam comprovada a necessidade.

Um dos maiores achados da itinerância tem sido a descoberta e acompanhamento dos crescentes casos de autismo, diagnosticados cada vez mais cedo, uma vez que a itinerância teve o seu início de atuação nos CMEI's, possibilitando visualizar crianças com laudos antes mesmo dos dois anos de vida. Essa evidência, favorece a práticas de estimulação precoce e encaminhamentos mais direcionados às famílias para as terapias fora do contexto escolar.

Além disso, o movimento do AEE Itinerante, possibilita que SEDEC/PMJP-PB, por meio da Divisão de Educação Especial, trabalhe com previsibilidade de demanda para a inserção dos(as) estudantes da educação infantil ao Ensino Fundamental, mas sobretudo, abre um importante alerta da necessidade da implementação de SEM em todas as unidades de ensino, de forma gradativa, em especial, nos CMEI's e a disponibilização do AEE como um serviço permanente, considerando que, quanto mais cedo começar às intervenções psicopedagógicas, maior é a probabilidade de sucesso do(a) estudante em toda a sua vida escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto do AEE Itinerante, pioneiro em João Pessoa-PB, ganhou forma e força durante o processo de execução. Cada ação, cada movimento das equipes itinerantes demonstraram de forma empírica, aquela que se apoia nas experiências vividas, na observação das coisas e fatos e não em métodos ou teorias científicas, as necessidades e os números crescentes de diagnósticos, situações desafiadoras nas quais a equipe itinerante não tem encontrado respostas em teorias ou protocolos existentes, mesmo que baseados em evidências.

O trabalho de itinerância mostra a verdadeira necessidade e sentido de tratar de forma individual cada pessoa como única. A itinerância teve acesso a um laboratório gigante, possibilitou situações e desafios completamente desafiadores, diferentes, inusitados e inéditos. Mediante os desafios impostos, foi preciso estudar, planejar e entender cada estudante no seu universo. Considerando tempo/idade, localidade, nível de vulnerabilidade social e econômica,

falta de formação específica dos(as) profissionais das unidades que trabalham diretamente com os(as) estudantes público-alvo da Educação Especial.

Sendo um dos aspectos mais importantes, a observância e garantia do(a) profissional de apoio escolar para os(as) estudantes que demandam necessidades em suas Atividades de Vida Diárias (AVDs), verificando-se o nível de suporte. Para além disso, salienta-se a importância de investir na implantação de novas SEM, especialmente, para atender as crianças da educação infantil já em sua primeira infância, uma vez que o número é cada vez maior de diagnósticos nessa faixa etária.

O serviço do AEE Itinerante funcionou como uma experiência de fôlego e de esperança para os(as) profissionais dos CMEI's, principalmente, para os(as) estudantes e os(as) que se sentiam “perdidos” diante de tão alta demanda. Ademais, trouxe garantia de direito e suporte não apenas para os(as) estudantes que precisam do serviço, sobretudo, se tornou um serviço que demarcou uma nova etapa na história da Educação Especial do município de João Pessoa-PB, com um olhar cada vez mais humanizado entre unidade de ensino e SEDEC.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Resolução nº. 4**, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial, Brasília: MEC, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**/John W. Creswell; tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT & OLIVEIRA, E. da S. G. Adaptações Curriculares. **Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Atuais e Perspectivas para o Futuro**. Banco Mundial, 2003. Disponível em: <<http://www.cnotinfor.pt/inclusiva>>. Acessado em: mar./2024.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E. P. U., 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18^o ed. Petrópolis: Vozes, 2001.